

ENSINO NO POLICIAMENTO AMBIENTAL



SISTEMATIZAÇÃO DO ENSINO NO POLICIAMENTO AMBIENTAL: CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS E AÇÕES DE MUDANÇA EM BUSCA DA EXCELÊNCIA.

Enio Antonio de Almeida, Major PM, Chefe da Divisão de Ensino e Desenvolvimento do Comando de Policiamento Ambiental; Doutor e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp; Doutorado e Mestrado profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pelo Centro de Altos Estudos de Segurança “Coronel PM Nelson Freire Terra”, Especializado em Ciências Sociais pela Fundação-Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Bacharel em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

O presente Artigo busca esclarecer o caminho percorrido pelo Comando de Policiamento Ambiental, mediante sua Divisão de Ensino e Desenvolvimento (a partir de diagnóstico, proposição de ações e gradativa implantação de adequações possíveis) em busca da sistematização do Ensino praticado nesta especialização policial militar, visando treinar e capacitar os policiais militares ambientais, além de formar novos quadros com esmero, para

a melhoria da qualidade do serviço prestado e da segurança pública em áreas rurais de todo o Estado de São Paulo, mister do Comando de Policiamento Ambiental paulista.

INTRODUÇÃO

Atualmente o Ensino é uma das maiores preocupações das organizações, sendo certo que todas as grandes instituições estão priorizando a Educação Corporativa. Na

Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), diante de sua interface com a sociedade que busca proteger, não poderia ser diferente. A importância dessa estratégia educacional mostra-se acertada e plenamente justificável, se considerarmos que os resultados almejados podem ser mais facilmente alcançados mediante a utilização dessa ferramenta. As empresas privadas captam seus quadros no mercado, e concorrem entre si em busca do lucro e de sua perenização mediante ações de governança corporativa, fazendo tudo aquilo que a Lei não lhes proíba.

No caso das empresas públicas, estas apenas podem fazer aquilo que a Lei permite, e da forma que ela estabelece. Seus quadros também se originam desse mesmo mercado, geralmente sem as mesmas condições salariais e celeridade decisória.



São regras distintas para interesses convergentes: fidelizar os clientes, fazendo valer cada centavo investido em um serviço prestado (ou produto fornecido). Tais diferenças, muitas vezes, são minimizadas quando se observa a necessidade universal de treinamento e capacitação, fator de melho-

profissional. Este perfil dos colaboradores leva à criação de vantagem competitiva sustentável, ou seja, o compromisso da organização em manter o desenvolvimento contínuo de seus funcionários à obtenção de melhores resultados. Assim, a ideia de Educação Corporativa surgiu como uma ferramenta

Ensino, no qual estão previstas de maneira minuciosa as funções de todos os órgãos envolvidos, destacando-se a Diretoria de Ensino e Cultura (DEC), as Organizações de Administração do Ensino Superior (citamos nesse caso a Academia de Polícia Militar do Barro Branco-APMBB ou o Centro de Altos



A ideia de Educação Corporativa surgiu como uma ferramenta eficaz para o alinhamento e desenvolvimento de talentos humanos, de acordo com as estratégias organizacionais. (EBOLI, 2004)

ria dos resultados em todas as empresas, sejam públicas ou privadas.

Ao discorrer sobre a Educação Corporativa, Eboli (2004) nos apresenta um preciso retrato do que as organizações devem priorizar enquanto conteúdo a ser inculcado em seus funcionários, mediante seus sistemas educacionais:

(...) para poder confiar em trabalhadores com as competências essenciais para cada função, as organizações precisam construir sistemas educacionais que enfatizam o desenvolvimento não apenas dessas competências, mas das atitudes e da ética

eficaz para o alinhamento e desenvolvimento de talentos humanos, de acordo com as estratégias organizacionais (EBOLI, 2004).

Nesse mister, a PMESP construiu sólido Sistema de

Estudos de Segurança-CAES) e as Organizações Policiais Militares Gestoras do Conhecimento, que dominam um saber específico da práxis policial-militar (a exemplo do Comando



de Policiamento Ambiental, do Comando de Aviação, do Comando de Policiamento Rodoviário, etc.).

Tal Sistema possui normatizações que lhe dão suporte, quais sejam, Lei Federal 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), Lei Estadual 1.036/08 (Lei de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo ou LEPM), Decreto Estadual Nº 54.911/09 (regulamentação da LEPM), Diretriz Geral de Ensino (DGE) e Portaria do Cmt G PM1-8/02/17, publicações estas que instituem e regulamentam o citado Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo (SEPM), dotado de características próprias (nos termos do artigo 83 da Lei Federal 9.394/96 – LDB).

Cumpre ressaltar que o SEPM possui como principal missão a qualificação do policial para o bom cumprimento de suas missões, conforme observa-se no texto da Lei de Ensino:

(...) qualificar recursos humanos para o exercício das funções atribuídas aos integrantes dos Quadros da Polícia Militar, em conformidade com a filosofia de polícia comunitária, especialmente as funções

voltadas à polícia ostensiva e de preservação da ordem pública (Lei Estadual nº 1.036/08, Artigo 1º).

Além dessa nobre missão, o Sistema buscará também a humanização de seu colaborador, ou seja, tentará contribuir com a formação do ser humano como totalidade, eis um oportuno desafio trazido por esse dispositivo, promovendo, ainda conforme a Lei de Ensino:

(...) a transmissão de conhecimentos científicos e tecnológicos, humanísticos e gerais, indispensáveis à educação e à capacitação, visando à formação, ao aperfeiçoamento, à habilitação, à especialização e ao treinamento do policial militar, com o objetivo de torná-lo apto a atuar como operador do sistema de segurança pública. (Lei Estadual nº 1.036/08, Artigo 1º, parágrafo único).

Daí a PMESP possuir, como visão de futuro, ser reconhecida como referência nacional e internacional em serviços de Segurança Pública.

O conceito de “escola de governo” pode ser compreendido como uma notável estrutura inserida numa determinada agência governamental responsável por fomentar cursos, geralmente em nível de pós-graduação lato sensu, para especializar seus próprios funcionários e integrantes da sociedade civil interessados no assunto oferecido, a exemplo da Escola do Parlamento da Câmara dos Vereadores de São Paulo e da Escola Superior da CETESB, porém na PMESP isso seria mais adequado nas OAES (nota do autor).

Dentre as diretrizes que dão suporte à tal pretensão, destacamos aquela atinente à Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento, a qual estabelece três importantes ações para isso, ou seja, o aperfeiçoamento das competências dos policiais militares, a ampliação dos mecanismos de gestão do conhecimento e a aproximação do sistema de ensino policial-militar à sociedade (Plano de Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Biênio 2018-2019).

Nesse sentido, o Policiamento Ambiental da PMESP tem, como visão de futuro, a pretensão de ser referência nacional (quiçá internacional) no Ensino do policiamento ostensivo ambiental e, como resultado desse status a ser alcançado, ter potencial para criar uma “escola de governo” sob a responsabilidade do Comando de Policiamento Ambiental (CPAmb), que auxilie na divulgação positiva dos conhecimentos das Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública

(CPSOP). Eis que estamos diante de uma estratégia de perenização institucional, visando ampliar a capacidade de aprendizagem na busca da maximização dos resultados, na utilização dos recursos públicos e, assim, melhor atender toda a comunidade que busca a Polícia Militar no que concerne às condutas que prejudiquem o Meio Ambiente e possam se caracterizar como crimes ambientais.

A maior arma para a sobrevivência das organizações na época da competitividade e da inovação é a sua capacidade de aprendizagem e, sobretudo, de criar novos conhecimentos. Para que isto ocorra é necessário que as organizações e seus funcionários aprendam a aprender. As organizações deverão se tornar o locus onde as pessoas estejam continuamente expandindo suas capacidades de criar aquilo

que necessitam e desejam para as suas atividades. (O'REILLY apud TAPARANOFF, 2004).

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Em primeiro lugar, deve ser pontuado que a estrutura de Ensino do Policiamento Ambiental enquanto uma Divisão de Estado-Maior (EM) trata-se de decisão recente e deveras acertada. Anteriormente havia estrutura similar aos Grandes Comandos territoriais, mercê de ser o Policiamento Ambiental um Comando que abrange todo o território paulista.

Outrossim, também deve ser enfatizado o fato de que houve gradativa transição do modelo anterior (de Setor do EM, chefiado por um Oficial subalterno - 2º e 1º Tenentes PM) para o modelo atual (de Divisão do EM, chefiada por um Oficial superior no posto de Major PM). Nesse ínterim de implantação dessa nova estrutura



CPSOP - Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública – trata-se da denominação de área do conhecimento específica atinente aos assuntos de polícia ostensiva, segurança pública e proteção à vida e dignidade humana, responsabilidade das Polícias Militares, conforme estabelecido no Artigo 144 da Constituição Federal de 1988, em seu Inciso V, bem como nos parágrafos 5º e 6º, termo definido na Lei 1.036/08. (nota do autor)

Quadro 1 – Diagnóstico.

1.Cursos sobrepostos;	13.Necessidade de fortalecimento da estética militar;
2.Plataforma EaD descontinuada;	14.Ensino assistemático;
3.Necessidade de implantar a ideia de Educação continuada;	15.Inexistência de curso para formação de Soldados PM;
4.Inexistência Centro de Ensino/Treinamento em local exclusivo ;	16.Inexistência de critérios para indicação para cursos internos ou externos;
5.Currículos demandando atualização;	17.Equipe do Ensino incompleta;
6.Necessidade de consolidar doutrina de polícia especializada;	18.Resultados modestos mercê dos grandes esforços da equipe existente;
7.Indicações de PM para CEP-Amb sem critérios adequados, possibilitando desperdício de recursos;	19.Ensino e Treinamento mantido em segundo plano, visto como fator complicador aos Cmts operacionais;
8.Ensino e Treinamento visto como punição pelo efetivo;	20.Banalização da importância do CEP-Pol Amb pelo efetivo mais antigo;
9.Inexistência de sala de informática;	21.Necessidade de criação de novos cursos;
10.Inexistência de Banco de Temas para desenvolvimento de teses e dissertações de interesse CPAmb;	22.Inexistência de Repositório de Teses e Dissertações desenvolvidas por integrantes do CPAmb ou temas de interesse;
11.Inexistência de publicações sobre Temas de interesse desenvolvidos por integrantes CPAmb;	23.Inexistência de Diretriz de Ensino própria do CPAmb abrangendo todas suas peculiaridades;
12.Inexistência de Banco de Talentos, com preciso controle sobre formação <i>externa corporis</i> e cursos internos de cada PM Amb;	24.Inexistência de Treinamento específico padronizado em todo o estado para os PM recém-chegados à PM Amb.

Fonte: Divisão de Ensino e Desenvolvimento do Comando de Policiamento Ambiental.

e sua operacionalização devem ser exaltados o compromisso e empenho dos Oficiais Superiores que exerceram essa função e suas respectivas equipes, bem como do Chefe do Estado-Maior e dos Comandantes do CPAmb que deram suporte e apoiaram essa essencial transição. Como fundamento para planejar todo o trabalho que estaria por vir, independentemente das rotinas e dos encargos anteriormente estabelecidos, houve a necessidade de ser procedida atenta observação para captar os pormenores do objeto em

análise, ou seja, o Treinamento praticado pelo CPAmb, suas virtudes e, ocasionalmente, suas não-conformidades, anotando-se cada detalhe e apresentando-se os apontamentos em reuniões das equipes de trabalho para confirmação dos dados obtidos, destacando-se as observações do quadro em destaque acima. Tais observações foram iniciadas em meados de 2016, tendo essa fase durado aproximadamente 03 (três) meses durante os quais procurou-se não interromper as rotinas outrora impostas, cumprindo-se cabalmente o Calendário

de Cursos e Estágios (CCE) planejado no ano anterior, culminando numa situação, depois (quando se iniciaram as ações de ajuste), em que os envolvidos passariam a “construir o avião em pleno voo”.

Observou-se que no modelo então adotado estavam consolidados alguns currículos de cursos e estágios, em especial o Curso de Especialização Profissional em Policiamento Ambiental (CEP-PAmb), inserido no oportuno conceito de Ensino à Distância (EaD), e

atendido, naquele momento, mediante software de plataforma exclusiva da PM	e Cultura (DEC) e demais instâncias superiores da PMESP.	possibilidades (vide Quadro 3).
Ambiental. Ressalte-se o pioneirismo do CPAmb em contratar empresa especializada para implantar seu Ensino à Distância (EaD), esforço institucional que deve ser enaltecido, nas pessoas dos profissionais que se encontravam no Corpo Permanente de Oficiais do Estado-Maior entre os anos de 2012 e 2016. Esse modelo de EaD se consagrou após todo o trabalho de gravações de vídeo-aulas e produção de conteúdo, bem como de sua implantação num primeiro momento como treinamentos, depois efetivamente enquanto cursos. Sua utilização foi devidamente autorizada pela Diretoria de Ensino	Entretanto, por razões contratuais, houve solução de continuidade da plataforma escolhida, implicando na necessidade de migração dos conteúdos ao Moodle (I), software da plataforma de e-learning adotada pela PMESP, nos moldes das I-44 PM (Instruções Policiais Militares para o Ensino à Distância).	Deve ser comentado o fato de que, nesse momento, a então Divisão de Treinamento estava sediada na cidade de Embu das Artes/SP, no mesmo espaço físico do quartel do Pelotão Operacional de Policiamento Ambiental daquela área, em prédio vizinho à Agência da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), no mesmo terreno, sob o Rodoanel (II).
	A partir dessas constatações (vide Quadro 1) foi produzido, no segundo semestre de 2016, um documento de Estado-Maior visando subsidiar o CPAmb, sendo, a partir das deliberações do Comandante, gradativamente aplicadas as sugestões apresentadas, de acordo com as	Grosso modo, as atividades desenvolvidas pela Divisão de Ensino e Desenvolvimento tratam-se de esforço de Ensino Corporativo, visando aumentar a capacidade profissional do Policial Militar

I. Moodle (Modular Object Oriented Distance Learning) trata-se de um sistema de gerenciamento para criação de cursos on-line, software gratuito que pode ser utilizado em diversas plataformas, desenvolvido por profissionais de Tecnologia da Informação do mundo todo, em colaboração com professores, daí ser adotado no Brasil pela maioria das Universidades para utilização em seus Ambientes Virtuais de Aprendizagem-AVA, também nominados Learning Management System-LMS (nota do autor).

II. No tocante à sede física do Ensino da PM Amb, cumpre lembrar a breve existência do antigo "GT da Florestal" em Mogi-Mirim/SP, avanço histórico da Polícia Florestal e de Mananciais da época, fruto de trabalho acadêmico orientado pelo Coronel PM Oberdan Dias da Silva no Curso Superior de Polícia (CSP) de 1989, em monografia intitulada "O Ensino e a Instrução na Polícia Florestal e de Mananciais", de autoria do Coronel PM Aurindo de Almeida Cubas, então cursista do CSP. Essa estrutura de Mogi-Mirim foi comandada pelo Cel PM Vanderlei Manoel de Oliveira (então Capitão PM), nominada Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CTD), existiu de 1991 a 1995 e era responsável pela centralização dos incipientes Estágios de Aperfeiçoamento Profissional (EAP – que em sua gênese duravam duas semanas), do Curso de Formação de Soldados (CFSd) e do Curso de Especialização de Oficiais em Policiamento Florestal e de Mananciais (CEO/PFM, outro fruto da citada monografia) em amplo espaço físico que dispunha de Administração, Alojamentos, Refeitório, Campo de Futebol com Pista de Atletismo, Piscina, Salas de Aula e considerável área com remanescente de vegetação nativa em seu entorno. Eis que após a extinção do CTD, a PM Amb precisou superar dificuldades para desenvolver as atividades de treinamento e capacitação de seu efetivo, em regra utilizando espaços físicos de outras unidades policiais militares, Unidades de Conservação ou hotéis, de acordo com a necessidade. O termo "GT" designa estrutura denominada Gabinete de Treinamento, nome genérico historicamente utilizado para designar a área de ensino das Organizações Policiais Militares paulistas, grosso modo trata-se de uma sala de trabalho de um Grande Comando onde um Oficial PM e dois auxiliares labutam no mister da Educação Corporativa (nota do autor).

Ambiental em suas atividades cotidianas de polícia ostensiva e atendimento de ocorrências de crimes ambientais (no tocante a flora, a fauna e a fauna ictiológica), currículos construídos antes de 2016.

Existem atualmente 04 (quatro) Cursos de Especialização Profissional (CEP) e 06 (seis) Estágios de Especialização Profissional (EEP) do CPAmb, ofertados todos os anos mediante prévio planejamento junto à DEC da PMESP, que consolida o Calendário anual de Cursos e Estágios (CCE) de toda a polícia militar paulista. Além desses, há os Estágios de Aprimoramento Profissional (EAP) desenvolvidos para frequência obrigatória de todos os PM integrantes do CPAmb e unidades subordinadas. Tais cursos e estágios demandam grande empenho

das equipes de apoio ao seu desenvolvimento, notadamente logístico.

Em 2016, pelo fato de estarem centralizados todos os EAP (com duração de cinco dias), e diante das características das instalações físicas, das dificuldades de suporte aos estagiários e das limitadas opções de conforto do entorno (em termos de equipamentos urbanos, comércio, lazer, etc.), o efetivo do Policiamento Ambiental construiu, gradativamente, um olhar de reserva em relação ao Treinamento, o qual, portanto, precisaria ser realocado em razão dessa construção paradigmática de viés negativo.

Entretanto, deve ser feita justiça quanto à iniciativa daquele momento, pois estabelecer a Divisão de Treinamento do CPAmb em

Embu das Artes/SP demonstrou ser uma sábia medida, que significou a primeira semente para a reconstrução de toda a estrutura (de Ensino), apesar das dificuldades enfrentadas nesse local.

PROPOSTAS APRESENTADAS E MEDIDAS IMPLANTADAS

Foram apresentadas formalmente, ao Comando do Policiamento Ambiental, as propostas abaixo elencadas (vide Quadro 3), dentre as quais comentaremos brevemente algumas daquelas que já foram implantadas (lembrando, sem jamais deixar de ser feito o trabalho cotidiano pela valorosa equipe do Ensino).

Insta ressaltar que para implantar as medidas

Quadro 2 – Cursos e Estágios CPAmb.

1.1.CEP- Curso de Especialização Profissional – Policiamento Ambiental para Oficiais ¹⁰ ;
1.2. CEP- Curso de Especialização Profissional – Policiamento Ambiental para Subten/Sgt;
1.3. CEP- Curso de Especialização Profissional – Policiamento Ambiental para Cb/Sd;
2. CEP- Curso de Especialização Profissional – Técnicas de Policiamento Náutico – Oficiais e Praças;
3. EEP - Técnicas de Condução de Vtr com Tração 4x4 no Policiamento Ambiental;
4. EEP - Identificação e Manejo de Animais Silvestres;
5. EEP – Identificação de Formações Florestais;
6. EEP - Identificação de Madeiras;
7. EEP – Identificação de Animais da Fauna Marinha;
8. EEP – Geoprocessamento Aplicado ao Policiamento Ambiental;
9. EAP – Estágio de Aperfeiçoamento Profissional (Cap PM e Ten PM - Subten/Sgt PM – Cb/Sd PM).

Fonte: Divisão de Ensino e Desenvolvimento do Comando de Policiamento Ambiental.

Os CEP- Pol Amb (cursos de especialização profissional em policiamento ambiental) para Oficiais, Subtenentes e Sargentos, Cabos e Soldados, mesmo se tratando de três cursos distintos, possuem exatamente o mesmo currículo.

propostas não seria possível interromper as demais ações sob responsabilidade da área de Ensino do CPAmb, daí serem entendidas como verdadeiras “demandas invioláveis” todas essas medidas necessárias.

Primeiramente foi implantado um questionário sobre o capital intelectual a todo efetivo do Policiamento

Ambiental, visando mensurar esse ativo e possibilitar a montagem de um Banco de Dados para planejamento do Ensino (um Banco de Talentos).

Esse questionário chegou para o e-mail de cada integrante do CPAmb em todo o território paulista mediante suporte do serviço de apoio ao usuário do sistema de

telefonias e do notes da PMESP, após algumas tentativas e vários erros.

O capital intelectual constitui a matéria intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência – que pode ser utilizada para gerar riqueza. É a capacidade mental coletiva. É difícil identificá-lo e mais difícil ainda distribuí-lo de forma eficaz. Porém, uma vez que o descobrimos e o exploramos, somos vitoriosos. (STEWART, 1997).

Logo depois, montou-se um Banco de Dados de expertise, ou seja, buscou-se junto aos Capitães, comandantes de cada uma das (19) dezenove Companhias de Policiamento Ambiental territoriais em todo estado, os nomes de policiais militares que possuíam reconhecida experiência nas tradicionais áreas de atuação operacional do policiamento ambiental, ou seja, pesca, caça (fauna silvestre) e flora.

Feito isso, buscou-se a estruturação física do então nominado Centro de Treinamento em Embu das Artes, que

Os quatro Batalhões de Policiamento Ambiental subdividem-se no total em vinte Companhias de Policiamento Ambiental, dezenove territoriais e uma Companhia Marítima.

Quadro 3 – Propostas apresentadas (em verde as ações executadas).

1. APRESENTAÇÃO FORMAL DE PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO ENSINO;
2. SEDE PRÓPRIA E EXCLUSIVA PARA ENSINO PM AMB;
3. REFORMA TOTAL DO PREDIO VILA MARIANA;
4. ALTERAÇÃO NOME DA DIVISÃO E PROPOSTA DE NOVO QPO;
5. DEFINIÇÃO MANEIRAS DE ACESSO PM AMB (CAPTAÇÃO DE QUADROS e TACB);
6. ELABORAÇÃO DE CURRÍCULO PM Amb CFSD (ÚLTIMO VIGENTE DE 2011-2104);
7. MENSURAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL (FOMENTAR BANCO DE TALENTOS);
8. OBRIGATORIEDADE CURRÍCULO LATTES PARA A LIDERANÇA;
9. BANCO DE EXPERTISE PM AMB (SERA ACIONADO PARA AUXILIAR NA ATUALIZAÇÃO DE CURRÍCULOS);
10. NOTA DE INSTRUÇÃO - TREINAMENTO ADAPTAÇÃO E CAPTAÇÃO BÁSICA (TACB);
11. DIRETRIZ SISTEMATIZAÇÃO ENSINO (NO PRELO);
12. CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA TREINAMENTO DE CONTEUDISTAS (EaD Moodle);
13. ATUALIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS EXISTENTES;
14. CRIAÇÃO NOVOS CURSOS E ESTÁGIOS (cursos vide item 30);
15. AUMENTAR PARCERIAS UNIVERSIDADES;
16. FOMENTAR PUBLICAÇÕES:
16.1. REVISTA SEGURANÇA AMBIENTAL (DIGITAL);
16.2. LIVRO SOBRE DIREITO AMBIENTAL ADMINISTRATIVO (NO PRELO);
16.3. PÁGINA DA DIV ENS INSERIDA NA PÁGINA CPAMB PARA ACESSO AO REPOSITÓRIO TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE POLÍCIAMENTO AMBIENTAL (PRELO);
17. RETOMADA BENCHMARKING (E POLÍCIA COMPARADA) MEDIANTE INSCRIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DE NOSSO EFETIVO, PRINCIPALMENTE A LIDERANÇA, EM CURSOS E EVENTOS FORA PMESP EM SP E FORA DE SP, NO BRASIL OU NO EXTERIOR;
18. ORGANIZAR WORKSHOPS SOBRE TEMAS DE INTERESSE – exemplo Workshop no COPOM EM ABRIL 2017 SOBRE FORMA DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS PM AMB;
19. NECESSIDADE DE GRADATIVA CAPACITAÇÃO DA LIDERANÇA EM GESTÃO AMBIENTAL, MEDIANTE CURSOS DE POS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU.
20. AUMENTO REPRESENTATIVIDADE CPAMB NO CSP;
21. RETOMADA REUNIÃO PEDAGÓGICA GERAL INÍCIO ANO (primeiro trimestre), PARTICIPAÇÃO OBRIGATORIA DE TODOS OS PROFESSORES CPAMB (SE NECESSÁRIO, OUTDOOR TRAINING);
22. DEFINIÇÃO DE GRUPOS DE CONTEUDISTAS DE ACORDO COM CONHECIMENTO ESPECÍFICO DAS DISCIPLINAS DO POLÍCIAMENTO AMBIENTAL;
23. FUNDAÇÃO DE TRADIÇÕES E CONSOLIDAÇÃO DE DOCTRINA PM AMB;
24. CENTRALIZAÇÃO SOMENTE DO EAP OFICIAIS E DE SARGENTOS NO CENTRO DE ENSINO;
25. ENTREGA UNIFORME CAMUFLADO APENAS APOS TACB;
26. ALARMA DA VIDA (Hino do Comando de Policiamento Ambiental);
27. CENTRO DE MEMÓRIA DO POLÍCIAMENTO AMBIENTAL NO CENTRO DE ENSINO;
28. CRIAÇÃO DE BRASÃO ALUSIVO AO CENTRO DE ENSINO;
29. VOLTAR A EFETIVAMENTE A FORMAR SOLDADOS PM;
30. AUMENTO DO NÚMERO DE CURSOS COM BREVE (COM OFERTA BIENAL) E ATUALIZAÇÃO CURRÍCULOS EXISTENTES;
30.1. CEP POLÍCIAMENTO AMBIENTAL (READEQUAÇÃO E MISTURA DE PÚBLICOS, AUMENTO PERÍODO PRESENCIAL);
30.2. CEP TÉCNICAS DE POLÍCIAMENTO NAUTICO;
30.3. CEP DOCÊNCIA EM CONDUÇÃO VIATURAS 4X4;
30.4. CEP IDENTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO MADEIRAS;
30.5. CEP GESTÃO ESTRATÉGICA DE MEIO AMBIENTE;
30.6. CEP PATRULHAMENTO RURAL;
30.7. CEP TÉCNICAS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, CEP TÉCNICAS FISCALIZAÇÃO DE PESCA EM ÁGUAS INTERIORES, CEP-IDENTIFICAÇÃO DE PASSEIRIFORMES E FISCALIZAÇÃO DE ANILHAS.

Fonte: Divisão de Ensino e Desenvolvimento do Comando de Policiamento Ambiental.

sofria com as intempéries e sequer possuía uma Sala de Informática, impedindo, em determinado momento, a busca de parceria junto à Faculdade Anhanguera de Pirituba para ser desenvolvido um EEP-Geoprocessamento.

Terminada essa fase, em pleno desenvolvimento de um CEP- Técnicas de Policiamento Náutico na Ilha Anchieta, a Divisão recebeu determinação para sua estrutura ser levada para a Vila Mariana, na cidade de São Paulo, em razão da mudança da base do CPAmb desse local para o Horto Florestal, em prédio onde outrora funcionava a Fundação Florestal (FF), ao lado do Instituto Florestal (IF).

Procedida a mudança durante o mês de abril de

2017, em maio do mesmo ano foi alocada juntamente com a Divisão do CPAmb uma Companhia de Policiamento Ambiental do Primeiro Batalhão, ou seja, permaneceu o paradigma da não exclusividade do quartel para o Ensino, com Unidade Operacional funcionando num mesmo próprio estadual, o que dificulta inclusive a performance dessa Subunidade Operacional e o conforto de seus integrantes.

Em que pese tal contexto, as medidas permaneceram sendo tomadas, a exemplo da troca de pisos do prédio da Vila Mariana, após o competente Pregão Eletrônico. Essa melhoria seria o primeiro passo para a readaptação física e aquisição de equipamentos necessários para que o Centro de Ensino viesse a se tornar, no futuro,

um centro de excelência. Depois, houve uma adequação do Quadro Pessoal de Organização (QPO) do CPAmb, na qual foi alterado o nome da Divisão de Treinamento para a atual denominação de Divisão de Ensino e Desenvolvimento (Div Ens Des), porém permanecendo algumas dificuldades de conformação de funções.

Ato contínuo, foi desenvolvida a Nota de Instrução do Treinamento de Adaptação e Capacitação e Básica (TACB), a ser implantado pelos Comandantes de Companhia PAmb em nível de Subunidade aos policiais militares recém apresentados na PM Ambiental. Essa ferramenta visa proporcionar acolhimento e preparo inicial aos policiais militares recentemente recepcionados,



padronizando esse período de treinamento inicial, no qual cada um dos PM terá um preceptor (geralmente Sargentos PM). Os intensos trabalhos irão durar aproximadamente três semanas, após as quais haverá o recebimento, por parte do PM trainee (I), do fardamento camuflado digital das mãos desse Comandante de Companhia de Policiamento Ambiental perante seus pares e demais integrantes da subunidade. O TACB é uma importante ferramenta no raciocínio de Educação continuada, para aqueles PM que estavam em outras atividades da Polícia Militar e, depois, procuram desenvolver seu trabalho em unidades subordinadas ao CPAmb.

Incontinenti a tais medidas, a equipe técnica da Div Ens Des estava elaborando propostas de currículos específicos do Curso Superior Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública (CTecPol, o antigo Curso de Formação de Soldados), sempre

submetidos ao crivo do Comando do CPAmb e enviados formalmente para análise da Diretoria de Ensino e Cultura (DEC) e instâncias superiores. Esse processo durou de meados de 2016 até dezembro de 2018, sendo elaborados 08 (oito) currículos completos (II) de CTecPol, desde o início do processo até o recebimento nos Núcleos de Formação de Soldados PM da Vila Mariana em São Paulo e de São José do Rio Preto/SP - de 60 (sessenta) Policiais Militares para serem formados no Policiamento Ambiental, que voltou a fazer parte desse estratégico circuito de formação institucional (III). Mediante intervenção do Comandante do Policiamento Ambiental junto ao próprio autor (o talentoso Coronel PM Arruda, notável historiador da PMESP) conseguiu-se a publicação da Alarma da Vida, canção do Comando de Policiamento Ambiental. Também está sendo retomada a publicação da revista Segurança Ambiental (agora digital) e, no prelo, há um

livro a respeito do assunto diariamente desenvolvido no Policiamento Ambiental, por abnegados autores, descobertos a partir da análise do Banco de Talentos. Houve também exitosa priorização da estética militar mediante os rápidos treinamentos de ordem unida diariamente nos EAP e as paradas matinais semanais do Centro de Ensino, que de forma singela resgataram valores que culminaram com elogios à postura do efetivo da PM Amb participante dos treinamentos da última passagem de Comando Geral PMESP.

A equipe da Div Ens Des, ainda, procedeu mediante seu próprio esforço a migração do conteúdo de EaD dos Cursos de Especialização em Policiamento Ambiental para a plataforma Moodle (IV), criando-se ainda mais um curso em EaD de curto prazo denominado "Introdução ao Policiamento Ambiental", o qual poderá ser utilizado tanto na carga complementar do CTecPol quanto no TACB. Tradicionalmente

I. Trainee é o termo utilizado para identificar o PM recém transferido ao CPAmb e OPM subordinadas enquanto submetido ao TACB (nota do autor).

II. Os currículos completos de CFSd possuem, cada um, entre 150 e 250 páginas. (nota do autor).

III. A última Turma de CFSd do CPAmb, ainda que somente do 2º Ciclo de Ensino, foi formada em 2012 no 4º BPAMB em São José do Rio Preto/SP, porém a última oportunidade em que houve formação completa do CFSd com currículo específico do CPAmb ocorreu em 2004 no CPA/M-5 na zona oeste de São Paulo. (nota do autor).

(IV) Apesar de que o ideal seria a contratação de empresa especializada para isso, daí ser um fato inusitado que deve ser reconhecido, diante das dificuldades enfrentadas e superadas pelos PM envolvidos na questão, o que denota o compromisso dos mesmos com a causa institucional (nota do autor).

existem parcerias entre o CPAmb e Universidades públicas e privadas. A partir de contato do Comando local PAmb, foi possível maior aproximação junto à UNESP-Botucatu, mais precisamente junto ao curso de Zootecnia, visando parceria para cursos complementares de manejo de animais silvestres aos estagiários do EEP-Identificação e Manejo de Animais Silvestres para enriquecer seu conteúdo, incluindo-se nesse raciocínio a Fundação Zoológico de São Paulo, outra parceria institucional retomada.

Trabalhou-se também no desenvolvimento de parceria junto à reitoria da Unicamp, não prosperando tais tratativas em razão da mudança de reitor daquela Universidade Estadual. De maneira similar, foram procedidas tratativas

junto ao SENAC-Jabaquara que culminaram com a elaboração de minuta de Termo de Cooperação, nos moldes da CETESB, porém não prosperando também esse acordo. Entretanto, constatou-se que o Policiamento Ambiental possui reconhecimento e diferenciado trânsito junto ao meio acadêmico, potencial que deve ser explorado positivamente pela PMESP.

Resumidamente, a médio prazo, um policial militar de qualquer Organização Policial Militar que desejar servir na PM Ambiental se inscreverá no Moodle e fará um curso via EaD sobre crimes ambientais (ou outra temática atinente à defesa do meio ambiente).

Ao ser transferido para a PM Ambiental, dentro de um mês será submetido a um

Treinamento de Adaptação e Capacitação Básica (TACB), nos moldes da Diretriz CPAmb que normatiza esse treinamento. Depois disso, em até 01 (um) ano teria participado do EEP-Técnicas de Fiscalização Ambiental. Posteriormente, em aproximadamente três anos teria cursado o CEP - Policiamento Ambiental. De posse do CEP-Pol Amb o PM poderia se inscrever em todos os demais cursos e estágios da PM Ambiental. Eis a Educação continuada.

Outra forma de acesso ao Policiamento Ambiental seria o CTecPol, com currículo

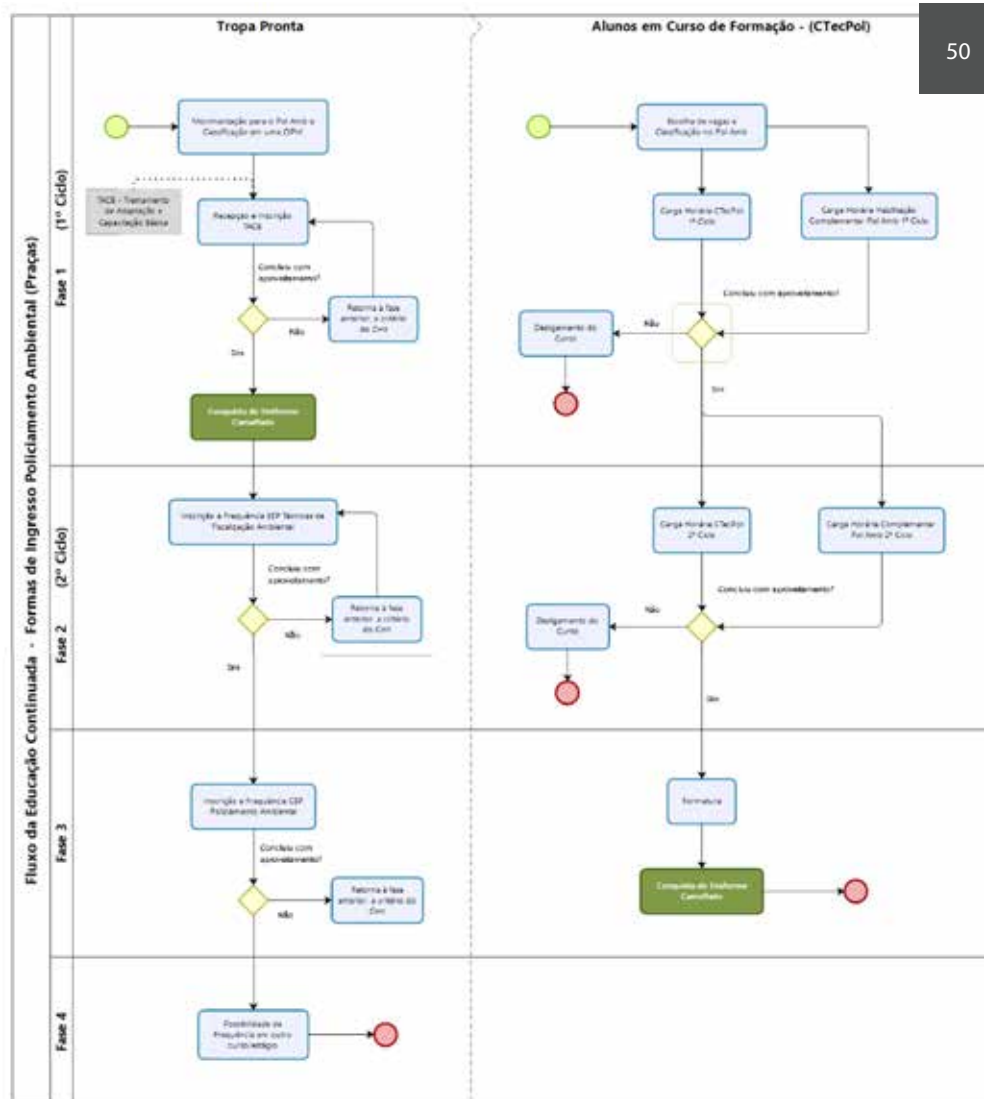
Conceito necessário, pois constatou-se muitos casos de PM Ambientais com 15 (quinze) anos trabalhando em OPMs do CPAmb sem ter cursado o CEP-Pol Amb, entretanto houve vários PMs que permaneceram pouco tempo na PM Amb, movimentados para OPM de outras áreas da PMESP tendo cursado o CEP-Pol Amb.



específico (atualmente o PM já se forma com o CEP-Pol Amb como carga curricular complementar), terminado o CTecPol, in tesi, aqueles que forem classificados em unidades subordinadas ao CPAmb já poderiam se candidatar para quaisquer outros cursos e estágios da PM Ambiental (vide Quadro 4).

Espera-se que, oportunamente, 100 % dos PM Ambientais tenham o novo EEP proposto (EEP-Técnicas de Fiscalização Ambiental) e, a médio prazo, todos os PM Ambientais seriam submetidos a esse gradativo e constante processo de treinamento e capacitação, fato positivo na consolidação do conhecimento trabalhado e deveras adequado do ponto de vista pedagógico, pois a Educação continuada é necessária.

Atualmente está sendo elaborada a Diretriz de Ensino do Policiamento Ambiental, a qual estabelecerá, sob a égide da Diretriz de Ensino PMESP e demais normatizações de Ensino institucionais, todas as situações referentes ao ensino do policiamento ambiental. Como exemplos podemos citar o estabelecimento de critérios de indicação para a frequência de cursos externos



à PMESP quando aparecem tais oportunidades, especialmente fora do Estado de São Paulo, ou ainda a definição de que os Gabinetes de Treinamento dos Batalhões de Policiamento Ambiental (BPAmb) responsabilizam-se pelos EAP de Cabos e Soldados, Habilitações, Treinamentos pontuais e algum EEP cuja expertise caracterize o BPAmb (Cada um dos quatro BPAmb possui algumas expertises diferenciadas entre si, especializando-se ainda mais em determinados assuntos

recorrentemente encontrados em sua área de atuação, a exemplo da identificação e fiscalização de madeiras na área do 4º BPAmb – São José do Rio Preto), e a Div Ens Des se responsabiliza pelos EAP de Oficiais e de SubTenentes e Sargentos PM, de todos os CEP do CPAmb e do CTecPol (este último podendo também ser destinado aos BPAmb de acordo com a capacidade formadora e número de ingressantes destinados ao CPAmb, no entanto sempre direcionando-se primordialmente

ao Centro de Ensino tais grupos, e somente depois aos BPAmb).

Ainda há muito a ser feito, a exemplo da atualização de todos os currículos e de seus conteúdos, o que acontecerá depois da contratação de empresa, mediante certame licitatório (eis mais uma ação em andamento) que dará treinamento aos nossos professores do Sistema de Ensino do Policiamento Ambiental, cujo resultado será a produção de conteúdos e imediato depósito na plataforma Moodle, após validação dos mesmos pela Div Ens Des.

CONCLUSÃO

Todos os tipos de policiamento, notadamente o especializado, precisam reiteradamente

compreender sua especificidade e importância, antes de tentar convencer outrem a respeito disso, eis um pressuposto. No caso do Policiamento Ambiental, em razão de sua abrangência estadual (tal qual o Policiamento Rodoviário, o Corpo de Bombeiros e o Comando de Aviação), há que se possuir estrutura de ensino compatível com tal alcance.

Essa constatação sequer leva em consideração a complexidade do assunto tratado mediante a expertise dos integrantes desse policiamento ambiental. Somados esses dois fatores (abrangência estadual e complexidade da questão ambiental a ser cuidada pela Polícia Militar) infere-se que a estrutura do ensino do CPAmb, diante de suas responsabilidades, não

se encontrava satisfatoriamente dimensionada para dar conta do desafio, daí a necessidade de serem gradativamente implantadas as propostas ora divulgadas para maximizar o capital intelectual da PMESP sob o comando do CPAmb.

Por derradeiro, importante frisar que as propostas que estão sendo implementadas são de cunho institucional, passaram pelo crivo do Comando e não são estanques, podendo haver outras readequações de acordo com as novas demandas que porventura se apresentem. Entretanto, estabeleceu-se um “norte” para essa “embarcação” responsável pela Educação Corporativa do Policiamento Ambiental. Naveguemos, pois.





Ilustração do Cabo PM Vanderlei Aparecido Soares Pereira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- _____. Educação Corporativa: Contribuição para a competitividade / Organização, Secretaria de Tecnologia Industrial. - Brasília: Petróleo Brasileiro e CNI, 2004, pp. 11-84, Panorama da Educação Corporativa no Contexto Internacional, TAPARANOFF, Kia.
- DIAS DA SILVA, Oberdan. Profissionalização do Policial Militar Florestal. SP, PMESP, CAO-I/95, Monografia.1995
- EBOLI, Marisa. Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades. São Paulo: Gente, 2004.
- GAMBARONI, Ricardo. Gestão do conhecimento e aprendizado organizacional na Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2009. 138 f. Monografia (Curso Superior de Polícia) – Centro de Altos Estudos de Segurança “Coronel Nelson Freire Terra”, São Paulo, 2009.
- MATHEUS, Márcio. A Capacitação estratégica como parâmetro para a política de ensino. 2004. Tese (pós-graduação) – Centro de Altos Estudos de Segurança, São Paulo, 2004.
- MONJARDET, Dominique. O Que faz a polícia: sociologia da força pública. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n. 10)
- SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008. Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. JUS-Brasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/157002/lei-complementar-1036-08-sao-paulo-sp>>. Acesso em 10 Mar.2019.
- _____. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Terceira Seção do Estado Maior. Sexta Seção do Estado Maior. Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo: GESPOL. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2010.
- _____. SÃO PAULO (Estado). Diretriz de Ensino PMESP. Disponível em: <<http://www.intranet.polmil.sp.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- STEWART, Thomas A. - Capital Intelectual, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1998.
- TAPARANOFF, Kia. Panorama da Educação Corporativa no Contexto Internacional. In Educação Corporativa: Contribuição para a competitividade / Organização, Secretaria de Tecnologia Industrial. - Brasília: Petróleo Brasileiro e CNI, 2004.